RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Domingo, 27 de Julho de 2025

PF investiga transferência de R$ 938 mil para esposa de desembargador, diz Coaf

Ligações perigosas

Por UOL

A investigação da Polícia Federal sobre um suposto esquema de venda de decisões judiciais liderado pelo lobista Andreson de Oliveira Gonçalves apontou uma transação financeira suspeita envolvendo uma advogada que é casada com um desembargador do TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região).

A apuração também detectou pagamentos da JBS, empresa dos irmãos Joesley e Wesley Batista, no valor de R$ 15 milhões ao grupo investigado.

Essas transações foram comunicadas à PF pelo Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) em um relatório sobre movimentações financeiras atípicas realizadas pelo lobista e por sua esposa, a advogada Mirian Ribeiro Rodrigues

O UOL teve acesso com exclusividade aos detalhes do relatório, que apontou movimentações atípicas de mais de R$ 2 bilhões.

O lobista foi preso pela PF em novembro passado, enquanto Mirian foi obrigada desde então a usar tornozeleira eletrônica.

Procurada, a defesa de Andreson e Mirian disse que vai se manifestar sobre os episódios nos autos do processo. A defesa já havia argumentado à Justiça que não há elementos de prova que sustentem a acusação de que eles teriam poder para influenciar decisões judiciais.

Na semana passada, a Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) rejeitou um pedido de liberdade e manteve a prisão do lobista.

As transações suspeitas

Uma das transações citadas no relatório do Coaf foi um pagamento feito por Mirian ao escritório da advogada Aline Gonçalves de Sousa, casada com o desembargador César Jatahy, do TRF-1.

A transferência, no valor de R$ 938 mil, ocorreu em junho de 2023.

Procurada pelo UOL, Aline disse que foi contratada por Mirian para atuar em um processo judicial, mas não quis dar detalhes sobre o caso.

"Fui contratada pelo escritório Mirian Ribeiro para atuar como advogada em um processo judicial. Prestei o serviço e recebi meus honorários", afirmou. Questionada se foi contratada para atuar em algum caso no mesmo tribunal onde seu marido é desembargador, Aline disse que não poderia divulgar detalhes dos processos em que atua "por uma questão de ética e sigilo profissional".

Essa foi uma das transferências mais altas da conta de Mirian Ribeiro apontadas pelo Coaf no relatório enviado à PF. Mirian atua como advogada em ao menos 15 processos sob tramitação no TRF-1. Nenhum está na relatoria de César Jatahy.

Com sede em Brasília, esse tribunal federal tem jurisdição sobre o Distrito Federal e os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins.

A PF já investiga suspeitas envolvendo a atuação de Andreson e Mirian no STJ (Superior Tribunal de Justiça), TJ-MT (Tribunal de Justiça de Mato Grosso) e TJ-MS (Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul).

Até agora, entretanto, não havia surgido na investigação nenhuma conexão deles com o TRF-1.

Como mostrou o UOL, Andreson atuava por fora nos processos judiciais, já que não tem registro profissional de advogado, e constituía sua mulher para oficiar nos autos dos processos

O relatório do Coaf apontou a existência de movimentações financeiras de Andreson e Mirian incompatíveis com a capacidade financeira e as atividades declaradas por eles às instituições bancárias nas quais possuem contas.

No total, o relatório do Coaf apontou a existência de movimentação financeira de R$ 2,8 bilhões em transações atípicas envolvendo 802 pessoas físicas e 686 empresas entre 2018 e 2024.

Por não se tratar de uma quebra de sigilo, o Coaf identificou somente algumas transações sob suspeita envolvendo o casal, mas não identificou a totalidade de recebimentos e transferências de recursos de suas contas.

O material está sob análise da PF, que também obteve a quebra dos sigilos bancários dos personagens envolvidos.